Editorial

A história da humanidade – que, no plano do Criador que é Pai, deveria ser história de fraternidade – sempre registou problemas sociais. Desde o bíblico assassinato de Abel por Caim, por razões de inveja, até aos nossos dias, eles assumiram as mais diversas formas e conheceram períodos de tensões maiores e menores. É fácil, para quem lê o Antigo Testamento, verificar como aí os pecados que mais fazem sofrer as pessoas, mais preocupam os profetas e mais referidos aparecem nos Salmos são os que hoje classificamos como pecados sociais: opressão dos pobres, ganância e soberba dos ricos, indiferença perante o sofrimento alheio, etc. etc. Também Jesus, além de muitas outras lições e exortações, na conhecida passagem sobre o juízo final (Mt 25,31-47), ensina que o que decidirá, em definitivo, a sorte eterna de cada um serão a prática ou a ausência das obras de misericórdia: «Tive fome e destes-me de comer», «Estava com fome e não me alimentastes», e assim sucessivamente.

A Igreja, por mais que, sobretudo com a vigência do monaquismo e com a aquisição de poder temporal, tenha sido acumuladora de riqueza material, teve sempre a preocupação de socorrer os doentes, os expatriados, e toda a espécie de pobres e deserdados da sorte. A ideia e o sentimento que presidiram à sua acção durante muitos séculos foram, no essencial, os da caridade ou da misericórdia. Era, de resto, o que à Igreja, como tal, competia de modo directo, na linha do Evangelho que era a sua inspiração e orientação. O ordenamento da vida social, política e económica pertence à esfera secular, embora saibamos que esta foi também secularmente absorvida ou dominada pelo poder religioso.

Foi preciso surgir, já em pleno século XIX, a famosa Questão Social, em consequência da revolução industrial. Infelizmente, à mesma Igreja tinha escapado – porventura por distração dos sinais dos tempos e da sua obrigação de acção profética de denúncia do mal e anúncio dos caminhos do bem – pregar sobre a justiça social, que deve preceder, sem a anular, a acção da misericórdia, e que é também uma atitude própria do crente e filho de Deus e que também abunda na Sagrada Escritura, já desde o Antigo Testamento. O que é devido por justiça, não deve ficar à espera da caridade ou misericórdia. Foi preciso um Karl Marx e a sua doutrina revolucionária em prol da justiça social para que um Papa – no caso, Leão XIII – desse corpo àquela acção profética, com a famosa encíclica Rerum Novarum (1891), procurando que os Estados promovessem a justiça sem atropelos, criando novas formas de injustiça. Felizmente, desde então para cá, tal

como têm sido imensos os atropelos à justiça social, também se tem multiplicado a acção da Igreja, em ensino e em prática pastoral, para fazer frente, no plano da justiça, às mais diversas problemáticas sociais, ao mesmo tempo a corrigir erros difundidos e a apontar caminhos verdadeiramente justos.

A solução comunitarista (ou comunista) proposta, em primeira mão, por Karl Marx em reflexão filosófica e logo transformada em ideologia por Lenine sofreu, como é sabido, um fortíssimo abalo em 1989 (curiosamente a dois séculos da Revolução Francesa que, além de objectivos de transformação política, também implicava transformações sociais). A Igreja teve aí papel relevante, com a acção do Papa João Paulo II e a resistência ao comunismo entre o povo da sua proveniência, o povo polaco. A «queda do muro» de Berlim ficou como símbolo deste estrondoso descabro do comunismo e a inerente restauração das liberdades cívicas, em muitos países sujeitas, até então, a regimes totalitários.

A democracia de modelo ocidental exultou de contentamento com esta derrocada. Mas, infelizmente, o capitalismo liberal que lhe anda estreitamente ligado, cedo começou a aproveitar-se da nova situação e a impor a sua prática, afinal só formal e aparentemente democrática, mas ela mesma subrepticamente totalitária. Hoje, quem detém o verdadeiro poder e manda, no mundo ocidental, é a alta finança, sem rosto visível mas efectivamente determinadora dos mecanismos que regem a economia (banca, grandes trustees, seguradoras, os senhores do petróleo e outras matérias primas, grandes firmas, a globalização da economia, etc.). A liberdade dos cidadãos só existe em modo condicionado, sempre sujeita às grandes orientações que os responsáveis pela alta finança vão imprimindo à vida da sociedade, para que ela siga o curso que lhes convém. Neste universo onde impera o dinheiro, transformado em verdadeiro ídolo da cidade moderna, a corrupção, o enriquecimento ilícito, o branqueamento de capitais, a fuga aos impostos, e tantas outras perversões, campeiam um pouco por toda a parte. Em consequência, os problemas e dramas sociais multiplicam-se e agudizam-se de dia para dia. Com a cobertura das leis, mas sem sentido ético, como tem sido denunciado por alguns espíritos mais atentos, em que se inclui o nosso Papa Francisco, um Papa que – compreende-se – não lhes é particularmente querido. Por outras palavras, dentro da legalidade – das leis feitas para servirem o sistema – mas sem moralidade.

Desde há alguns anos, a grande finança que, aliada a políticos corruptos ou, no mínimo ingénuos, proporcionou um certo tempo de euforia nas populações, criando uma consciência ilusória de abundância e promovendo a chamada sociedade de consumo, afinal – verificamo-lo agora – o que estava a fazer era, no fundo, a promover-se a si mesma, aumentando os seus lucros até ao limite de um alerta sobre o perigo da sua própria falência. Esse limite chegou há alguns (poucos) anos. E a grande finança achou que era a hora de apresentar a factura das suas «benfeitorias». E a factura está a ser paga com grandes dores, sobretudo por parte dos mais fracos dentro do sistema. É a hora da (já famosa) austeridade, com países inteiros assustadoramente endividados (Estado e privados) e sem grandes hipóteses de saírem da situação em que os colocaram ou em que se deixaram colocar. A Grécia é hoje um símbolo eloquente desta situação a que se chegou. Mas também Portugal e outros países hoje em dificuldade. Sei que a

problemática é mais complexa do que pode aqui ser objecto de análise. Mas as linhas de fundo não andarão longe do que aqui fica exarado.

Foi na constatação desta agudização presente dos problemas sociais que a Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, no seu núcleo de Braga, resolveu dedicar a sua XXIII Semana de Estudos Teológicos a alguns «Tópicos de Doutrina Social da Igreja para os dias de hoje». É bem conhecido, e por muitos expressa e admiradamente reconhecido, que, sem a Igreja com a sua acção de bem-fazer social, a actual crise teria efeitos ainda bastante mais gravosos do que efectivamente tem tido. As reflexões produzidas nesta Semana de Estudos não são de efeito prático imediato. Mas, sem dúvida, elas são um contributo para uma maior consciencialização do contributo da Igreja para um ordenamento justo da sociedade, tal como tem sido insistentemente ensinado na sua vasta e rica doutrina social.

Este fascículo de Theologica publica três dos textos que aí foram apresentados. Não é possível, infelizmente, dar conta aqui do debate entre um bem conhecido representante do direitos dos trabalhadores (Manuel Carvalho da Silva) e outro que representou os problemas dos empregadores (António Marques). Um debate que teve por título «O trabalho em tempos de desemprego». Ainda assim, a revista oferece ao leitor este pequeno contributo para a problemática com que a sociedade, sobretudo, no caso, a portuguesa, se debate na actualidade.

JORGE COUTINHO